

**Lista unitária de ordenação final**

Ordenação:

- 1.º Ricardo Bruno Gonçalves Serrão — Resultado Final — 14,03 valores.  
 2.º Carlos Roberto Silva Pita — Resultado Final — 12,395 valores.  
 3.º Álvaro Ferreira de Sousa — Resultado Final — 11,89 valores.

30 de maio de 2019. — O Presidente, *Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles*.

312365106

**Aviso n.º 10510/2019**

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, após homologação do Presidente da Câmara Municipal, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do candidato ao procedimento concursal comum, ref.ª H do Aviso n.º 10773/2017 publicado 2.ª série do D.R. de 19 de setembro, para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (psicólogo), da Câmara Municipal da Calheta, mediante a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Mais se informa que a referida lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no placard existente nas instalações da Câmara Municipal e disponibilizada na página eletrónica desta edilidade.

**Lista unitária de ordenação final**

- Ordenação 1.º Nome: Rubina Menezes Santana — Classificação Final: 1.º — 14,075 valores.  
 Ordenação 2.º Nome: Sandra C. de Sousa Andrade — Classificação Final: 2.º — 13,765 valores.  
 Ordenação 3.º Nome: Joana Filipa Alegria Pereira — Classificação Final: 3.º — 13,585 valores.  
 Ordenação 4.º Nome: Gonçalo Nuno Cardoso de Moura — Classificação Final: 4.º — 13,110 valores.  
 Ordenação 5.º Nome: André Marcelo Ferreira Branco Camacho — Classificação Final: 5.º — 12,155 valores.  
 Ordenação 6.º Nome: Catarina José C. Sepúlveda Monteiro — Classificação Final: 6.º — 12,050 valores.

30 de maio de 2019. — O Presidente, *Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles*.

312362952

**Aviso n.º 10511/2019**

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, após homologação pelo Presidente da Câmara Municipal, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do candidato ao procedimento concursal comum, ref.ª I do Aviso n.º 10773/2017 publicado 2.ª série do D.R. de 19 de setembro, para ocupação de três postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, (ação social, cultura e turismo) da Câmara Municipal da Calheta, mediante a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Mais se informa que a referida lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no placard existente nas instalações da Câmara Municipal e disponibilizada na página eletrónica desta edilidade.

**Lista unitária de ordenação final**

Ordenação:

- 1.º Patrícia Velosa da Silva — Classificação Final — 14,220 valores.  
 2.º Elizabeth da Silva Caldeira — Classificação Final — 13,885 valores.  
 3.º Ana Filipa Ferreira de Sousa — Classificação Final — 13,025 valores.  
 4.º Susana Maria Sardinha da Silva — Classificação Final — 12,165 valores.  
 5.º Suse Lobato Agostinho — Classificação Final — 12,165 valores.  
 6.º Lídia Mariana Teles de Abreu — Classificação final — 11,760 valores.  
 7.º Maria João Escórcio Paixão — Classificação Final — 11,750 valores.  
 8.º Pedro Miguel Cândia Pestana Neves — Classificação Final — 11,655 valores.

30 de maio de 2019. — O Presidente, *Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles*.

312362977

**MUNICÍPIO DO CARTAXO****Edital n.º 778/2019**

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, presidente da câmara municipal do Cartaxo, torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo e durante o período de trinta (30) dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, o Município do Cartaxo submete a consulta pública o projeto de regulamento de publicidade e ocupação do espaço público do Município do Cartaxo, aprovado na reunião desta câmara municipal realizada no dia 15 de abril de 2019.

Durante este período poderão os interessados consultar na divisão de administração geral e recursos humanos — área de apoio jurídico ou no sítio da internet, <http://www.cm-cartaxo.pt>, o texto do mencionado projeto de regulamento e sobre ele formularem, por escrito, as sugestões que entendam, através de correio para o endereço praça 15 de dezembro — apartado 55 — 2071-909 Cartaxo, ou pelo correio eletrónico [juridico@cm-cartaxo.pt](mailto:juridico@cm-cartaxo.pt), as quais deverão ser dirigidas ao presidente da câmara municipal, até final do prazo.

Para constar, e inteiro conhecimento de todos, se publica o presente edital, que vai ser afixado no lugar do costume e no sítio da internet [www.cm-cartaxo.pt](http://www.cm-cartaxo.pt).

24 de maio de 2019. — O Presidente da Câmara, *Pedro Magalhães Ribeiro*.

**Projeto de regulamento de publicidade e ocupação do espaço público do Município do Cartaxo****Nota justificativa**

Os regulamentos municipais de publicidade e de ocupação do espaço público para o Município do Cartaxo, aprovados respetivamente pela assembleia municipal em 29 de setembro de 2015, encontram-se desatualizados face à realidade atual e à recente evolução normativa, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

A simplificação do regime da ocupação do espaço público e da afiação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial decorrente do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, e mais recentemente do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que regula o acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), determinou a presente alteração dos respetivos procedimentos de controlo.

Continua disponível um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir vários atos e formalidades, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar a relação da administração pública com os particulares, sendo que a sua real concretização implica a definição clara de regras e taxas que permitam aos interessados conhecer inequivocamente as condições de comunicação e instalação do pretendido. Esta redução da incidência da atividade administrativa na fase do controlo prévio implica, no entanto, o reforço da fiscalização *a posteriori*, bem como a criação de mecanismos de maior responsabilização efetiva dos promotores.

Importa referir que este regulamento deve ser lido e aplicado em conjugação com o regulamento municipal de taxas e outras receitas do Município do Cartaxo pois é aí que, por referência aos factos aqui enunciados, estarão previstas as taxas municipais, bem como as matérias referentes à sua liquidação.

Tendo presente o acima considerado, a câmara municipal do Cartaxo, após prévia consideração dos custos e benefícios das medidas nele projetadas, e no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborou o presente projeto de regulamento.

**CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Lei habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e, ainda, do disposto nos artigos 1.º e 11.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na atual redação, no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, também na sua atual redação e no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.